

1 MEMÓRIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE
2 PROTEÇÃO AMBIENTAL COSTA DOS CORAIS – CONAPACC

3 Data: 11 de agosto de 2016. Início: 8h24min; Fim: 16h00min

4 Local: Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste (Cepene),
5 Tamandaré, Pernambuco.

6 Relatoria: Fabiano Pimentel Ribeiro (Cepene/ICMBio - Conselheiro Suplente)

7 **Abertura da Reunião:** às 8h24min do dia 11 de agosto de 2016, o Presidente do Conselho Iran
8 Normande dá boas-vindas aos participantes da reunião. Menciona a importância do curso de
9 capacitação dos conselheiros realizado no dia anterior, 10 de agosto de 2016. Fala da
10 importância de reforçar acordos convivência para vencer a aprovação da: memória da reunião
11 anterior, a pauta da presente reunião, bem como os informes e tudo que ocorrer na reunião.

12 **Aprovação da memória:** de acordo com o presidente, não houve destaques enviados por e-
13 mail sobre a memória da reunião anterior. O presidente franqueia a palavra à plenária para
14 indicação de destaque à referida memória. A Conselheira Carolina Neves destaca item 2,
15 último parágrafo da página 5 e primeiro parágrafo da página 6, da memória, acerca dos
16 resultados do projeto referente aos jangadeiros. Após destaque, não houve objeção, sendo
17 aprovada a memória da 19ª Reunião do CONAPACC.

18 **Apresentação e aprovação da pauta:** a Secretária do Conselho, Ana Paula de Moura,
19 apresentou a seguinte pauta: apresentação dos projetos apoiados pela Fundação Toyota;
20 apresentação dos pareceres técnicos das câmaras técnicas (CT's); discussão do Termo de
21 Ajuste de Conduta (TAC) dos bugueiros e encaminhamentos finais. A pauta foi aprovada pela
22 plenária.

23 **Apresentação e aprovação dos informes:** o Conselheiro Diego Santos apresentou os informes,
24 os quais: Projeto GefMar, Fórum Socioambiental de Turismo. Após o Conselheiro Heriberto
25 Meneses citar que as CT's não informaram as suas composições, a plenária concordou que a
26 composição das câmaras deveria constar na lista de informes. O Conselheiro Fabiano Pimentel
27 informou sobre a aprovação do Subcomponente 1.4 do Projeto Gefmar, que tem como título
28 "Gestão participativa na Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais: conhecendo a pesca
29 artesanal", e como principal objetivo a integração das comunidades pesqueiras à Gestão da
30 APACC, e que logo deverão se iniciar as reuniões para operacionalizar a execução do projeto.
31 A Conselheira Melry Bezerra informou sobre o Fórum de Turismo que ocorrerá no dia 16 de
32 agosto no Centro de Convenções, na Sala Jatluca, em Maceió. O Conselheiro Diego Santos
33 informou que o Coordenador e Relator da Câmara Técnica (CT) de Gestão Socioambiental são
34 Diego Santos e Fabiano Pimentel, respectivamente. O Conselheiro Severino Antonio informou
35 que o Coordenador e Relator da CT de Atividade Pesqueira são o Conselheiros Severino
36 Antonio e o Conselheiro Vandick Batista, respectivamente. Informou também que a próxima
37 reunião da Câmara será em 29 de setembro, no Cepene, e terá como pauta: Discutir nas bases
38 o Plano de Manejo da unidade, apoiar as comunidades na busca da regularização dos
39 territórios pesqueiros artesanais, contribuir com a implementação dos projetos de pesquisa
40 que envolvam a pesca artesanal na unidade, discutir a portaria 445 do MMA, conhecer as

[Handwritten signature on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

41 propostas dos PAN Corais e PAN Manguezais para contribuir no envolvimento das
42 comunidades usuárias nas mesmas. O Conselheiro Severino Antonio informou que a Resex de
43 Corumbau ficou como prioridade para intercâmbio. O presidente informou que CT de
44 Biodiversidade tem como Coordenadora a Conselheira Fernanda Attademo, e que ainda não
45 recebeu a indicação para a Relatoria da CT. O Conselheiro Henrique Dantas informou que a CT
46 de Turismo terá como Coordenador Francis Fonseca e Henrique Dantas como Relator. O
47 presidente sugere que no momento do intervalo a CT de Biodiversidade apresente um nome
48 para relatoria da câmara. A Conselheira Flávia Cavalcante informou que prestará assessoria às
49 Câmaras Técnicas de Atividade pesqueira e de Biodiversidade.

50 **Discussão da primeira pauta, apresentação do Projeto Biota da Conservação:** o presidente
51 convida o primeiro expositor para apresentação do Projeto do Instituto Biota de Conservação.
52 O Conselheiro Bruno Stefanis realiza a apresentação (disponível em:
53 <http://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/images/stories/conapac/Apresentacoes>) até as
54 9h15. Após apresentação o Conselheiro Vandick Batista pergunta se os dados apresentados
55 abrangem efeito da pesca nos animais, e se todos municípios estão cientes do projeto. O
56 Conselheiro Bruno responde que esse tipo de dado é coletado, porém ainda não estão sendo
57 analisados. O Conselheiro Vandick aponta a importância na mudança nos aparelhos de pesca
58 para diminuir os impactos nas espécies. O Conselheiro Nogueira parabeniza o projeto e
59 pergunta se é possível expandir a atividades do projeto para Japaratinga, e cita muitas
60 ocorrências de tartarugas e golfinhos no município, e acrescenta que pode ser devido à pesca
61 da lagosta. O Conselheiro Bruno responde que o aplicativo pode ser usado em qualquer lugar
62 do mundo, mas que para esse ano só temos recursos realizar as oficinas e a campanha em
63 Maceió, Paripueira e Barra de Santo Antônio. O Conselheiro Rivaldo parabeniza as ações do
64 projeto e indica como solução aos impactos ordenamentos, zoneamentos, e proibição de
65 petrechos de pesca. O Conselheiro Manoel Pedrosa parabeniza o projeto e informa que vem
66 ocorrendo vários encalhes de tartarugas mortas e pergunta se o projeto vai expandir suas
67 ações para Tamandaré. O Conselheiro Bruno explica que para expandir para essa área tem que
68 ter se realizar um projeto piloto, pois há carência de logística, mas acrescenta que a proposta é
69 ampliar em nível de Nordeste. O Conselheiro Sérgio Meneses pergunta se o projeto inclui o
70 monitoramento de aves marinhas. O Conselheiro Waldemar cita que tem avistado muitas
71 tartarugas mortas boiando no mar e pergunta se tem ideia do que leva essa mortalidade. O
72 Conselheiro Bruno responde que estão sendo registrados outros animais no monitoramento,
73 mas o foco são tartarugas e mamíferos. Acrescenta que em Alagoas não se tinha informação,
74 mas depois que se iniciou o monitoramento, já registramos centenas de ocorrências
75 reprodutivas e não reprodutivas para o Estado de Alagoas anualmente. Respondeu, ainda, que
76 mortalidade das tartarugas se dá principalmente na interação com a pesca, mas não tem como
77 determinar a *causa mortis* na maioria dos casos devido a avançado estágio de decomposição e
78 pela ausência de logística e de pessoal. Encerra-se a discussão.

79 **Discussão da primeira pauta, apresentação do Projeto Jovens Protagonistas:** o Conselheiro
80 Clemente Coelho executor do Projeto Jovens Protagonistas, do Instituto Bioma Brasil, solicitou
81 que os jovens participantes Maria Eduarda, Vinicius e Fabiano realizassem a apresentação (
82 Disponível em:
83 <http://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/images/stories/conapac/Apresentacoes>). Após
84 término da apresentação, às 9h50min, o Conselheiro Nogueira parabeniza o projeto e fala da

Handwritten signatures and notes on the left margin, including a large signature at the top and several smaller ones below.

Handwritten signatures and notes on the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below, some with arrows pointing to the text.

Handwritten signatures and notes at the bottom of the page, including several names and initials.

85 sua importância. O Conselheiro Carlos Eduardo parabeniza o projeto e informa sobre
86 Seminário sobre resíduos sólidos a ser realizado em Alagoas. O Conselheiro Pedro parabeniza o
87 projeto e pergunta sobre a posição política nas localidades. O jovem protagonista Vinicius diz
88 que nas reuniões dos municípios tem ocorrido muita resistência às propostas, mas falou que
89 aposta no diálogo. O Conselheiro Vandick Batista sugere a disponibilização das apresentações
90 para os conselheiros. O Conselheiro Clemente cita o apoio do Instituto Yandê e que tem um
91 grupo grande atuando politicamente nas localidades. O Analista Ambiental da APACC Eduardo
92 Almeida informa que no site da APACC encontra-se as apresentações da reunião. O presidente
93 agradece a participação de todos. A Conselheira Ana Paula esclarece que a Amitus teve muita
94 articulação com os jovens. O presidente parabeniza a todos pelos projetos, agradece a
95 disponibilização do espaço para realização da reunião e apresenta novo servidor da APACC, o
96 Analista Ambiental Tadeu.

97 **Discussão da primeira pauta, apresentação do Projeto Peixe-Boi:** a Conselheira Fernanda
98 Attademo inicia apresentação do Projeto Peixe Boi (Disponível em:
99 <http://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/images/stories/conapac/Apresentacoes>) às
100 10h00min e finaliza às 10h23min. O Conselheiro Waldemar Lacerda informa sobre os conflitos
101 entre pescadores e os peixes-boi, e alega que os peixes-boi comem peixes das redes de pesca e
102 danificam as mesmas. A Conselheira Isabel diz que há sério problema na interação entre pesca
103 e peixe-boi, pois disputam o mesmo espaço. O Conselheiro Nelson fala da necessidade de
104 trazer o monitoramento para o município de São José da Coroa Grande para ações de
105 educação ambiental. A Conselheira Fernanda informa que todo litoral têm conflitos entre
106 peixes-boi e pescadores e que os peixes-boi soltos é que apresentam esse comportamento de
107 tirar peixes das redes, e acrescenta que se tenta minimizar esse comportamento com a
108 adaptação para soltura. Informa, também, que cada região tem suas peculiaridades e que
109 essas questões têm que ser trabalhadas localmente, salientando a necessidade de capacitação
110 para lidar com esses conflitos. O Convidado, Leonardo Messias, Coordenador do Cepene,
111 ressalta a importância da educação ambiental para a conservação, pois o peixe-boi é um
112 símbolo da conservação e não pode ser encarado como obstáculo para o desenvolvimento. O
113 presidente fala que esse comportamento pode se dar com exemplares de peixes-boi soltos e
114 ressalta a necessidade de ações de educação ambiental. A Conselheira Flávia informa que o
115 conflito é histórico e que as atividades de pesca atrapalham a migração natural da espécie, e
116 acrescenta que cursos de capacitação serão oferecidos para indicar como conviver com o
117 animal. O Conselheiro Vandick diz que esses conflitos podem ser solucionados com o diálogo,
118 procurando estratégias que evitem o contato entre os pescadores e o animal. O Conselheiro
119 Clemente sugere o diálogo estimulando a percepção, e um monitoramento que quantifique
120 essas ocorrências, para se ter um conhecimento mais profundo do problema. A discussão
121 encerra-se às 10h56m.

122 **Discussão da segunda pauta, apresentação parecer da CT de Turismo:** o Conselheiro José
123 Ulisses sugere 15min para cada apresentação e 15min para cada discussão, e, também, propõe
124 estender as atividades da manhã até 12h30min. Não há objeção alguma por parte da plenária
125 e sorteia-se a ordem das apresentações, que teve como resultado: primeira apresentação da
126 CT de Turismo, segunda apresentação da CT de Biodiversidade, terceira apresentação da CT de
127 Gestão Socioambiental (pareceres disponíveis no site da APACC). Após a primeira a
128 apresentação da CT de Turismo, realizada pelo Relator Henrique, a palavra foi franqueada e

Handwritten signatures and notes:
- Top right: Large signature
- Middle right: "40-30" and "Soluta"
- Middle right: "Leonardo Messias"
- Middle right: "Soluta"
- Bottom left: "José Ulisses"
- Bottom left: "Henrique"
- Bottom center: "Soluta"
- Bottom right: "Soluta"
- Bottom right: "Soluta"

129 iniciou-se a discussão. O Conselheiro Nogueira informa que o setor hoteleiro não é contra a
130 atividade dos bugueiros, mas é contra o uso de buggys na praia assim com também é contra o
131 uso de jetskis próximo à costa. O Conselheiro Bill questiona a quantidade buggys que a
132 proposta de TAC sugere, pois, o referido documento é contraditório. O Conselheiro também
133 cita que na proposta não se quantifica as taxas referentes ao município e cita a necessidade de
134 desobstrução da rota alternativa. O Relator Henrique informa que a quantidade é de 44
135 bugueiros, envolvendo 200 famílias e toda uma cadeia produtiva. O Conselheiro Lucas cita a
136 ausência de regulamentação na proposta do TAC, assim com questiona o que vem a ser
137 "contemplação consciente da natureza", escrita na proposta. Também afirma que a proposta
138 do TAC não levou em conta o Plano de Manejo da APACC. O Conselheiro Vandick informa que
139 não existe grupos de trabalhos para tratar do assunto e, portanto, não se tem informações
140 precisas sobre o problema e acrescenta, ainda, que não se pode decidir sem saber muita coisa.
141 O Conselheiro Heriberto aponta que tem muitas afirmações nos pareceres técnicos sem
142 referências, e lembra que já existe regulamentação proibindo os buggys na praia. O Relator
143 Henrique responde que a "contemplação consciente da natureza" contida no parecer se refere
144 à preocupação de não haver passeios aos domingos, velocidade de segurança para os
145 passageiros, de como param os veículos para os usuários da praia. Com relação ao Plano de
146 Manejo da APACC e as leis específicas proibindo os buggys nas praias o relator ressalta a
147 importância da atividade e considera possibilidades de ajuste da mesma. A Conselheira
148 Mariana questiona se nas visitas de campo da CT de Turismo foram vistos outros veículos, que
149 não os buggys, nas praias. Informou que a Prefeitura de Maragogi regulamentou a atividade,
150 mas não se sobrepôs a leis existentes. A Conselheira questionou se a CT de Turismo pôde
151 sentir qual o impacto que os buggys causam? O Conselheiro Bruno informou que não se trata
152 de acabar com a atividade, mas de definir o local apropriado para a mesma, e questionou
153 porque o parecer da CT de Turismo dá a entender que se há intenção de os demais usuários
154 acharem que deva extinguir a atividade. O presidente informa que não ficou claro o
155 posicionamento da CT de Turismo sobre o sim ou o não ao TAC, e questiona acerca do método
156 de elaboração do parecer. O relator esclarece que no momento da vistoria foram observados a
157 presença de outros veículos nas praias, que não os buggy, e concorda com o Conselheiro
158 Bruno em se buscar uma rota alternativa. O convidado Leonardo Messias informou que há
159 necessidade de escutar a opinião dos turistas e veranistas sobre a atividade de buggys na praia
160 e que a segurança desses buggys é falha. O Conselheiro Nogueira, da CT de Turismo, expressou
161 que é contrário à atividade de buggys na praia. A discussão sobre parecer da CT de Turismo
162 encerra-se.

163 **Discussão da segunda pauta, apresentação parecer da CT de Biodiversidade:** a Coordenadora
164 da CT Biodiversidade realiza apresentação do parecer técnico. Em seguida inicia-se a discussão.
165 O Conselheiro Henrique comenta que a apresentação trouxe um embasamento mais técnico.
166 O Conselheiro Bruno cita os acidentes nas praias envolvendo os buggys e os demais usuários e
167 ressalta que a praia não condiz com a o uso de automóveis. O Conselheiro Rivaldo questiona
168 se tem alguma rota alternativa. O Conselheiro Nogueira solicita informações a respeito dos
169 impactos dos buggys na biodiversidade para repassar aos hóspedes. A Conselheira Mariana
170 indaga acerca da existência de algum estudo sobre desova tartaruga no litoral de Maragogi e
171 diz que essas informações podem agregar valor aos passeios de buggy. A relatora diz que
172 estudos são necessários, mas sabe da presença de ninho de tartaruga na praia de Maragogi. O

Handwritten notes on the left margin, including the name "Henrique" and other illegible scribbles.

Handwritten signature or initials on the right margin.

Handwritten signature or initials on the right margin.

Handwritten initials "MC" on the right margin.

Handwritten signature or initials on the right margin.

Handwritten signature or initials on the right margin.

Handwritten signature or initials on the right margin.

Handwritten signature or initials on the right margin.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like "Bruno" and "Henrique".

173 Conselheiro Bruno informa não ter registro formal sobre as desovas na praia de Maragogi
174 porque o Instituto Biota não atua nessa área, mas que em outras áreas semelhante são
175 encontrados ninhos de desova de tartaruga, e salienta que é provável que se tenha em
176 Maragogi. O Convidado Leonardo Messias, Coordenador do Cepene, informa da presença de
177 tartarugas de Barra Grande até Ponta de Mangue. Encerra-se discussão sobre o parecer da CT
178 de Biodiversidade.

179 **Discussão da segunda pauta, apresentação parecer da CT de Gestão Socioambiental:** o
180 Coordenador da CT de Gestão Socioambiental, Diego Santos, realiza apresentação do parecer
181 técnico. Após apresentação inicia-se a discussão com a palavra franqueada à plenária. O
182 Conselheiro Clemente Coelho sugere criar uma rota alternativa para buggueiros. O
183 Conselheiro Heriberto informa que há Inconsistência entre este parecer e o parecer da CT de
184 Turismo, no que tange ao números de bugueiros que atuam na área, e menciona a ausência de
185 caracterização de como os buggys impactam o ambiente, e questiona se o tempo foi suficiente
186 para as Câmaras Técnicas elaborarem os pareceres. A Conselheira Rosângela Lessa questiona
187 quem tem obrigação de registrar esse tráfego ilegal, e informa que a rota alternativa é a
188 solução possível. O coordenador informou que a CT Socioambiental não teve tempo suficiente
189 para elaborar um parecer mais detalhado e informou que os órgãos responsáveis não realizam
190 fiscalização do tráfego ilegal. O Conselheiro Severino Antonio informou sobre equívoco nos
191 números dos buggueiros que atuam em Maragogi, e que não se tem dados para justificar a
192 atividade como a de segunda maior importância na APACC, e informou que não cabe
193 comparações com as atividades de bugueiros em Natal/RN e Piaçabuçu/AL, pois esses locais
194 apresentam geografias bastante distintas e questiona quais ideias para uma rota alternativa. O
195 Conselheiro Vandick Batista lembra que a APACC é exclusivamente marinha e não tem
196 autonomia para atuar numa rota alternativa, e questiona se a atividade pode dar
197 sustentabilidade à unidade de conservação. O Conselheiro Rivaldo questiona se nessas
198 condições cabe elaboração de TAC. O Conselheiro Sergio Resende lembra que o tráfego de
199 buggys na praia interfere diretamente na erosão costeira e até agora não se pode mensurar
200 esses impactos. O Conselheiro Waldemar Lacerda informa que só é cabível TAC para área fora
201 da praia. O coordenador informa que a CT de Gestão Socioambiental não aprofundou na
202 atividade laboral dos bugueiros e que os exemplos de outros contextos, como de Natal e
203 Piaçabuçu, foram no sentido de organização da atividade, e salientou que uma rota alternativa
204 requer tempo para ser construída. O presidente informa que admitir a elaboração do TAC é
205 uma forma de preservar a atividade, e diz que foi pouco tempo para as CT's elaborarem os
206 pareceres. A discussão sobre o parecer da CT de Gestão Socioambiental foi encerrada as
207 12h50min.

208 **Retorno à reunião:** as 14h05min o presidente retoma os trabalhos, e estipula que as
209 discussões sobre os pareceres se estendam até as 15h00min, e das 15h00min até as 16h00min
210 sejam dados os encaminhamentos finais. O Conselheiro José Ulysses informa sobre petição
211 "Saneamento Básico para Todos", e passa documento para a plenária analisar.

212 **Discussão da terceira pauta:** o presidente abre discussão sobre pareceres apresentados e
213 estipula tempo de três minutos por fala. O Conselheiro João Borges informa que não se deve
214 abrir precedente para atividades dessa natureza, e alerta ao perigo de poder incentivar outras
215 atividades impactantes, e não concorda com a elaboração do TAC. A Conselheira Mariana

Handwritten notes on the left margin:
- A large signature at the top left.
- A vertical signature on the left side.
- A signature at the bottom left.

Handwritten signature on the right margin.

Handwritten signature on the right margin.

Handwritten signature on the right margin.

Handwritten signature on the right margin.

Handwritten signatures and notes at the bottom of the page.

216 explica que a atividade virou assunto de pauta devido a mesma se exercida há vinte anos, e
217 informou que depois do Plano de Manejo da APACC a Associação de Bugueiros de Maragogi
218 contatou a Prefeitura de Maragogi para se iniciar um diálogo, e ressalta os muros dos
219 empreendimentos como impedimento para construção de uma rota alternativa, e acrescenta
220 que a atividade já passou por modificações como: alternativas de tráfego na praia e
221 ordenamento dos passeios. O Conselheiro Severino Antonio informou que esperava mais
222 subsídios dos pareceres apresentados, e questionou se demandar esforço para regular um
223 tráfego ilegal que será temporário, e acrescenta que a elaboração de um TAC é não querer
224 enfrentar o problema diretamente, e complementa que dizer sim ou não ao TAC, no
225 momento, é complicado. O Conselheiro Nogueira expressa que não há possibilidade de
226 conciliar tráfego de veículos na praia. O Conselheiro Pedro expressa que regulamentar
227 atividade ilegal é um retrocesso. O Conselheiro Waldemar Lacerda informa que na praia de
228 Porto de Pedras tem passeio de buggys e os pescadores são contra. O Conselheiro Vandick
229 Batista expressa a necessidade se ter alternativas e se diz a favor da elaboração do TAC. O
230 Conselheiro Bruno cita legislação que já proíbe o tráfego de veículos na praia e não concorda
231 com a elaboração do TAC. A Conselheira Mariana expressa que se precisa de tempo para que a
232 atividade realize modificações e concede sua palavra a Convidada Solimar, da Associação de
233 Bugueiros de Maragogi, que explica o histórico da atividade. O Conselheiro Rivaldo cita a
234 legislação vigente e explica que as rotas alternativas têm que ser perpendiculares à praia, e
235 acrescenta que a elaboração de um TAC representa retrocesso. O Conselheiro Clemente
236 informa da existência de protocolos de monitoramentos e afirma que não se precisa estudar o
237 que já se sabe, e informa ser contrário a elaboração de um TAC. O Conselheiro Vandick lembra
238 a importância de uma gestão adaptativa. O Conselheiro Heriberto expressa que os pareceres
239 não subsidiam decisão e que é prematuro concluir decisão sem ter informação suficiente. A
240 Conselheira Rosângela Lessa informa que existem informações suficientes sobre o impacto do
241 tráfego de veículos na praia sobre a biodiversidade, e expressa que é um retrocesso buscar
242 soluções permitindo a continuidade da atividade. O Convidado Leonardo Messias cita a
243 legislação existente que proíbe o tráfego na praia e informa que é contrário à elaboração do
244 TAC. O Conselheiro Nogueira informa que já se tem comprovação científica dos impactos das
245 atividades e expressa que é contrário à elaboração do TAC. A Conselheira Mariana informa que
246 a praia de Maragogi tem 22 km de costa e que os trechos que os buggys utilizam somam 6 km,
247 e expressa que é a favor de uma proposição que apoie a atividade. A Conselheira Andrea
248 Olinto lembra a competência da APACC e que a rota alternativa foge a essa competência. O
249 Conselheiro Sergio Resende afirma que o precedente não é bom e expressa que é contrário à
250 elaboração do TAC. O Conselheiro Bruno lembra que o não ao tráfego de veículo na praia já
251 existe e o CONAPACC não é contrário à atividade, mas ao tráfego na praia. A Conselheira Flávia
252 expressa a necessidade de informação para modificar as ações dos bugueiros, e cita o exemplo
253 do Antunes onde a atividade é totalmente desordenada, acrescenta ainda que mudou de visão
254 quando observou a prática dos bugueiros na praia, que por este motivo seria contra a
255 elaboração do TAC, porém tem pessoas que trabalham sério como a bugueira Solemar e eles
256 deveria ter a oportunidade do TAC, porque não estavam presentes na construção do Plano de
257 Manejo. O Conselheiro Waldemar Lacerda informou que constantemente vê buggys em alta
258 velocidade nas praias e que esse tráfego afeta diretamente a biodiversidade. O Conselheiro
259 Heriberto Meneses esclarece que diante do exposto está convencido dos impactos ambientais,
260 mas esclarece que não está convencido dos subsídios trazidos pelos pareceres. O presidente

[Handwritten notes on the left margin]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures and notes at the bottom of the page]

261 lembra que o CONAPACC atua na esfera política, e cita que os 6 km de trecho utilizado pelos
262 bugueiros estão no mapa elaborado pela APACC, e informou que São Bento não está mais no
263 trecho. Chegada a hora, a discussão encerra-se para início aos encaminhamentos finais.

264 **Encaminhamentos Finais:** o presidente, primeiramente, coloca a decisão sobre o TAC para a
265 plenária nos seguintes termos: A decisão sobre o assunto deverá ocorrer hoje? Ou dever-se-á
266 postergar a decisão sobre o assunto? A plenária se posicionou a favor da decisão ser tomada
267 na presente reunião, com a seguinte votação: Decisão hoje, com 21 votos; postergar decisão
268 com dez votos; houve duas abstenções. Após a decisão, o presidente apresentou a segunda
269 decisão a ser tomada nos seguintes termos: O TAC deve ser elaborado? Ou TAC não deve ser
270 elaborado? De modo que a plenária decidiu que o TAC não deve ser elaborado com a seguinte
271 votação: Oito Conselheiros foram a favor da elaboração do TAC; e 23 Conselheiros foram
272 contrários à elaboração do TAC; dois conselheiros se abstiveram. A presidência não votou. O
273 presidente informa que diante da decisão do Conselho serão tomadas as providências para
274 coibição do tráfego de buggys na praia de Maragogi. O Convidado, Leonardo Messias,
275 acrescenta que o tráfego nas praias não são só de buggys, mas de motos e quadriculos e que,
276 também, necessitam de fiscalização, e informa que de Barra grande até Peroba o transito é
277 grande. O Conselheiro Nogueira solicitou que o Conselho encaminhasse ofício para que os
278 demais órgãos atuantes da área auxiliassem na fiscalização do tráfego nas praias. Encerra-se a
279 discussão.

280 O presidente informa sobre surgimento de novas solicitações para abertura de piscinas
281 naturais para visitação, em São Bento e Ponta de Mangue, e convoca o Conselho para
282 manifestação. A Conselheira Carolina Neves sugere a formação de um Grupo de Trabalho para
283 analisar a capacidade de carga das piscinas naturais, pois alega a necessidade de um olhar mais
284 técnico para dar suporte as decisões. O Convidado Leonardo Messias diz que o assunto é
285 complexo pois interage com a pesca artesanal. A Conselheira Fernanda Attademo diz da
286 necessidade de se chamar especialistas. O Conselheiro Nogueira pergunta se essas piscinas já
287 foram mapeadas, diz que esses pleitos já são para áreas de pesca e questiona a necessidade de
288 estudos. O presidente informa que a APACC foi uma demandada, para realização de estudos
289 técnicos, pelo Presidente do ICMBio e que o corpo técnico da unidade irá realizar os estudos. O
290 Analista da unidade Eduardo diz que quer saber qual a opinião do conselho a respeito do
291 assunto, e pergunta qual é o posicionamento do setor pesqueiro e sugere formação de GT. O
292 Conselheiro Bruno informa que não dá para tomar decisão agora devido à falta de informação.
293 O presidente informa que o conselho tem que se debruçar sobre o tema. O Convidado
294 Leonardo informa que nessas áreas já se tem visitação ilegal, e que a área de preservação em
295 Maragogi é muito pequena, e alerta para o crescimento dessa conduta. A Conselheira Mariana
296 informa que os passeios já estão acontecendo de maneira desordenada, e que o quanto antes
297 se conseguir o controle dessas áreas será melhor. O Conselheiro Vandick informa da
298 necessidade de se ter informação e diz da necessidade de se encaminhar assunto para as CTs.
299 A Conselheira Andrea Olinto diz que a formação de um GT cai bem por se um assunto
300 específico. O Conselheiro Severino Antonio informa da existência de muitos pedidos para
301 criação de áreas para o turismo, mas que a unidade não avança em processo de criação de
302 ZPVM e nas áreas exclusivas de pesca, e informa que no Seminário da Pesca Artesanal da
303 APACC os pescadores de São Bento reclamaram do turismo nas áreas tradicionais de pesca. O
304 presidente esclarece que há fiscalização periódica e que para se ter atitudes mais enérgicas

Carolina Neves

São Bento

Vandick

Severino Antonio

Severino Antonio

Severino Antonio

305 tem que ser ter estudos, informa que se tem alguns estudos do Programa Reef-check e que as
306 zonas exclusivas de pesca têm que ser demandas pelo setor. A Secretária Ana Paula informa
307 que fizeram convites aos pescadores de Maragogi mas os mesmos não mostraram interesse
308 para criar zonas de pesca. O presidente encaminha a decisão nos seguintes termos: Quem é a
309 favor da criação de GT para tratar dessas demandas nesse momento? e quem é contrário a
310 formação de GT nesse momento? A plenária decidiu não formar o GT nesse momento com
311 votação: três conselheiros a favor criação GT; 23 conselheiros contrários à criação do GT nesse
312 momento.

313 O Conselheiro Ulisses informa falha na condução de modificação conselho realizada, pois há
314 conselheiros nomeado com mais de quatro anos consecutivos no assento, os quais: Ircos,
315 Colônia de Pescadores de Porto de Pedras, Cepene, Associação Peixe-boi. O Conselheiro
316 Ulisses informa que serão encaminhados ofícios para instituições alterarem seus conselheiros
317 e suplentes. O Conselheiro Ulisses informa sobre Plano de Ação da unidade, sobre dois
318 intercâmbios de conselheiros para outras unidades, sendo um para uma unidade com
319 atividade pesqueira e outra para uma unidade com turismo base comunitária. O Conselheiro
320 Severino Antonio Coordenador da CT de Atividade Pesqueira informou que já discutiu o
321 assunto e já sabe as unidades a serem visitadas. A Conselheira Flávia informou que outros
322 conselheiros podem ir a custo próprio. Todos concordaram por unanimidade. A Secretária Ana
323 Paula informa que a próxima reunião será 10 de novembro em Paripueira. A Conselheira Flávia
324 indica apresentação do Projeto Gefmar como pauta da próxima reunião. O Presidente Iran
325 Normande agradece à plenária e encerra reunião às 16h00min.

[Handwritten signatures and notes in blue ink, including names like 'Ulisses', 'Iran', 'Flávia', and various initials.]

Aprovação da Memória da 20ª Reunião Ordinária do CONAPAC – Data:10/11/2016 Local: Paripueira/AL

Classificado pela ordem dos assentos

Nº	Setor	Entidade (Sigla)	Município:	Representante:	Assinatura
1	Gestão Pública	APACC	Tamandaré	Iran Campello Normande	Titular
				José Ulisses dos Santos	Suplente
2	Gestão Pública	IBAMA/AL	Maceió	Rivaldo Couto dos Santos Junior	Titular
				Marcelo Bastos Françaço	Suplente
3	Gestão Pública	SPU/AL	Maceió	Juliana Dias Viana Silva	Titular
				Rafael Tavares de Lira	Suplente
4	Gestão Pública	SEMARH	Maceió	Carlos Eduardo Gomes Barreto	Titular
				Mateus Gonzalez	Suplente
5	Gestão Pública	IMA	Maceió	Pedro Normande	Titular
				Ermi Ferrari	Suplente
6	Gestão Pública	SEDETUR AL	Maceió	Thereza Christina Dantas	Titular
				Francis Hurst Oliveira da Fonseca	Suplente
7	Gestão Pública	SEMAS	Recife	Andrea Olinto	Titular
				Giannina Cysneiros Bezerra	Suplente
8	Gestão Pública	CPRH	Tamandaré	Samanta Della Bella	Titular
				Joany Deodato da Silva	Suplente
9	Gestão Pública	PMTam	Tamandaré	Manoel Alexandre Pedrosa	Titular
				Anderson da Silva Santos	Suplente

Aprovação da Memória da 20ª Reunião Ordinária do CONAPAC – Data: 10/11/2016 Local: Paripueira/AL

Classificado pela ordem dos assentos

Nº	Setor	Entidade (Sigla)	Município:	Representante:	Assinatura
10	Gestão Pública	PMPAr/PMM aragori	Paripueira	Antonia Amorim Alves	Titular
				Mariana Gorensten	Suplente
11	Gestão Pública	SEMA/PMSJ CG	São José da Coroa Grande	Lucas Silveira França de Araújo	Titular
				Nelson Sena Filho	Suplente
12	Gestão Pública	SAP PMPC	Passo de Camaragibe	Izabel Cristina Chagas	Titular
				Lisanildo dos Santos	Suplente
13	Pesquisa Científica	PPB/ICMBO	Recife	Fernanda Loffer Niemeyer Attademo	Titular
				Fábio Adonis Cunha	Suplente
14	Pesquisa Científica	UFRPE	Recife	Rosângela Paula Teixeira Lessa	Titular
				Karine Matos Magalhães	Suplente
15	Pesquisa Científica	UFPE	Tamandaré	Mauro Maida	Titular
				Tereza Cristina Medeiros de Araújo	Suplente
16	Pesquisa Científica	PPGSHMA/UFPE	Vitória de Santo Antão	Pedro Henrique Cipresso Pereira	Titular
				Marcus vinicius Bezerra	Suplente
17	Pesquisa Científica	UFAL	Maceió	Vandick da Silva Batista	Titular
				Cláudio Sampaio	Suplente
18	Pesquisa Científica	CEPENE/ICMBIO	Tamandaré	Fabiano Pimentel Ribeiro	Titular
				Leonardo Tortoriello Messias	Suplente

Aprovação da Memória da 20ª Reunião Ordinária do CONAPAC – Data:10/11/2016 Local: Paripueira/AL

Classificados pela ordem dos assuntos

Nº	Setor	Entidade (Sigla)	Município:	Representante:	Assinatura
19	Pesquisa Científica	IFAL	Maragogi	Manuela de Almeida Rocha Kaspary	Titular
				Joab Gomes de Melo	Suplente
20	Pesquisa Científica	FUNDAJ	Recife	Juvenita Lucena de Albuquerque	Titular
				Ligia Albuquerque de Melo	Suplente
21	Agricultura, Indústria e Comércio	UNIPROPO LIS	Maceió	Diego da Silva Santos	Titular
				Mário Calheiros de Lima	Suplente
22	Agricultura, Indústria e Comércio	ABIH AL	Maceió	Marcelo Marques da Costa	Titular
				Maria Tereza Domingues Bandeira	Suplente
23	Atividade Pesqueira	Z-9	São José da Coroa Grande	Enilde Lima Oliveira	Titular
				Cícero José dos Santos	Suplente
24	Atividade Pesqueira	Z-25	Porto de Pedras	Pedro Luiz da Silva	Titular
				João Amaral dos Santos	Suplente
25	Atividade Pesqueira	Z-21/Z14	Paripueira	Paulo Amaro da Silva	Titular
				Benaldo do Nascimento Barros	Suplente
26	Atividade Pesqueira	Z-11	São Miguel dos Milagres	Waldemar Rolim Lacerda Junior	Titular
				José Marques da Costa Filho	Suplente
27	Atividade Pesqueira	CPP	Olinda	Severino Antonio dos Santos	Titular
				Laurineide Maria Vieira de Carvalho	Suplente


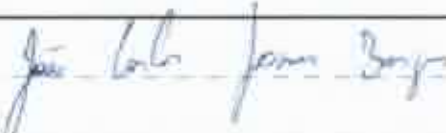

Aprovação da Memória da 20ª Reunião Ordinária do CONAPAC – Data:10/11/2016 Local: Paripueira/AL

Classificado pela ordem dos assentos

Nº	Setor	Entidade (Sigla)	Município:	Representante:	Assinatura
28	Atividade Pesqueira	Z-5	Tamandaré	Severino Ramos dos Santos	Titular 
				Jancirleide Maria da Silva	Suplente
29	Atividade Turística	CCCVB	Maragogi	Luis Claudio Gonçalves Melo	Titular 
				João Cândido Nogueira	Suplente
30	Atividade Turística	AMITUS	São Miguel dos Milagres	Ana Paula de Moura Souza	Titular 
				José Veloso da Silva	Suplente
31	Atividade Turística	SINGTUR-AL/IABS	Maceió	Alexandre Henrique da Rocha Dantas	Titular
				Daniela Virtuoso dos Santos	Suplente
32	Atividade Turística	AOMM/APC M	Maragogi	Murilo Loureiro Silva Sobrinho	Titular
				Farid Aoun Daher	Suplente
33	Atividade Turística	APB	Porto de Pedras	José Ismar Lima de Carvalho	Titular 
				Tertuliana Flávia Cavalcante do Rêgo	Suplente
34	Atividade Turística	ARIBAMA/A JCSMM	Porto de Pedras	Ana da Dores Albuquerque Verçosa	Titular
				José Reginaldo da Silva	Suplente 
35	Organizações de Educação e Cultura e Associação Comunitária	AMORDAG/ ABEVILA	Maceió	Cidália Silva Santos	Titular 
				Teófilo Carlos de Albuquerque Filho	Suplente
36	Organizações de Educação e Cultura e Associação Comunitária	YANDE	São Miguel dos Milagres	Carolina Neves Souza	Titular 
				Tsachi Greenhut	Suplente 

Aprovação da Memória da 20ª Reunião Ordinária do CONAPAC – Data:10/11/2016 Local: Paripueira/AL

Classificado pela ordem dos assentos

Nº	Setor	Entidade (Sigla)	Município:	Representante:	Assinatura
37	Organizações de Educação e Cultura e Associação Comunitária	ISSLNM	Maceió	Jurandir Dias de Araújo	Titular 
				André Vieira de Paula	Suplente
38	Órgãos Ambientalistas e de Pesquisa	FMA/IBB	Recife	João Carlos Gomes Borges	Titular 
				Clemente Coelho Junior	Suplente
39	Órgãos Ambientalistas e de Pesquisa	IRCOS	Tamandaré	Sérgio Magalhães Rezende	Titular
				Alberto da Silva Santos	Suplente
40	Órgãos Ambientalistas e de Pesquisa	BIOTA-AL	Maceió	Bruno Stefanis S. Pereira de Oliveira.	Titular 
				Erivânia Araújo da Silva Stefanis	Suplente